



Conselho Administrativo

Ata de Reunião Extraordinária 9/2023

No dia 17 de abril de 2023 reuniram-se o conselho Administrativo e Conselho Administrativo. Dando início aos trabalhos a atuário consultor do IPMP Sr Eduardo que inicia a fala sobre os passos para a reforma da previdência para o atuário fazer a análise. O Sr Ângelo diz que os passos é PCCR, concurso e reforma. Assim o Sr. Eduardo diz que é necessário buscar e preservar os servidores atuais e os aposentados e pensionistas e diz que aquele servidor que falta 15 ou 20 anos para se aposentar na forma que o instituto se encontra será muito difícil esse servidor receber os seus benefícios de uma forma regular e cita um exemplo de um município que não fez a reforma e que hoje está enfrentando dificuldades para ajustar suas finanças e que o município de Paragominas está indo nessa direção e sugere que se faça simulações com a situação atual e com a aplicação da reforma. O Presidente do conselho Sr Alexandro diz que não concorda que a reforma seja colocada como prioridade. Diz que em sua visão o atuário está passando para o conselho uma única opção e que ele não concorda que seja aplicada primeiro a reforma, mas sim que seja feito o PCCR, concurso e depois a reforma até para sugerir opções que reflitam menos impactos aos servidores. Que o prefeito fez um compromisso desde o ano passado para a realização do concurso este ano e que fazer a reforma seria dá um fôlego e assim a administração postergaria o concurso e prejudicaria os servidores. Dando continuidade o assessor jurídico se manifesta com uma pergunta direcionada ao atuário dizendo que foi apresentado algumas sugestões para amenizar o déficit, citando que no exemplo que foi dado de São Paulo que mesmo que tomassem todas as medidas, ainda assim teriam dificuldades, desta forma ele quer saber que como foi citado pelo Sr Alexandro qual seria o fôlego que a prefeitura de Paragominas teria se fizesse a reforma e não fizesse o concurso de imediato. O Sr. Eduardo diz que é importante mencionar que a reforma é a única ferramenta que dará uma redução significativa no déficit atuarial, que a realização do concurso é importante para a oxigenação do sistema, mas não melhora o resultado do déficit atuarial, ele cita ainda exemplos que se a reforma fosse aplicada ano passado somente um item traria resultados significativos, aplicar a regra de transição e acabar com a pensão vitalícia e lembra que a regra de pensão vem desde 2016 e que até hoje Paragominas ainda não regularizou sua legislação. Quando ele fala da reforma é porque ela é a única opção que possibilita a redução imediata do déficit e opina para que revisasse os estudos e o conselho pautar as discussões com a gestão municipal. A presidente com IPMP Sra Cristiane pergunta se algum outro conselheiro tem uma opinião diferente o Sr. Alexandro, o conselheiro Diego diz que tem uma outra opinião, pois as questões da reforma vem sendo discutidas desde a outra gestão e desde o conselho anterior e diz que até agora nada foi feito e que não quer assumir essa responsabilidade para ele como o conselheiro, pois a reforma não está atrelada ao concurso, pois se a gestão quiser não fará o concurso mesmo que a reforma aconteça, pois é uma questão do executivo, prova disso que até o momento nem a reforma nem o concurso foram feitos e que ele como conselheiro quer poder fazer o que pode ser feito dentro de suas atribuições como conselheiro e se isso inclui deliberações sobre reforma ou outros assuntos. O conselheiro Danilo diz que concorda com o conselheiro Diego e diz que ao seu vê não se pode condicionar a reforma ao concurso, pois não temos mais condições financeiras e que se o técnico indica que a reforma é o melhor caminho este deve ser seguido de acordo com as orientações, pois ele tem experiência para orientar o melhor caminho e que cabe a nós analisar as sugestões do técnico e tentar com cautela colocar em prática as sugestões, pois percebe que a cada ano que passa sem a reforma mais o instituto é prejudicado. A conselheira Elis inicia a fala dizendo que vê essa situação da reforma como uma responsabilidade muito grande, pois vai afetar a vida de muitos servidores, principalmente a classe administrativa. Que para os servidores que procuram o sindicato será um impacto muito grande porque é doído isso, pois conselho administrativo desde as primeiras reuniões diz que tem que fazer o concurso público procurar o ministério público e que ainda nunca foi feito nada, por isso ela é contra a reforma agora porque nesse momento prejudicaria o servidor que está com toda sua papelada pronta para se aposentar. A professora Carmem disse que se considera meio termo nessa situação, porque toda reunião ela coloca sobre a importância

IPMP - Instituto de Previdência Municipal de Paragominas

CNPJ: 00.978.716/0001-68 - Rua 31 de Março, 221 - Centro

Fones: (91) 3729-3685 / 3193 - CEP: 68.625-170 - Paragominas-PA - Email: ipmpgn@gmail.com



de tratar da reforma e do concurso e que praticamente o conselho nunca fez nada sobre essa situação. Ela disse que se tivesse a resolvido a situação do PCCR e do concurso ela concorda com o Presidente do conselho Sr. Alexandro, que seria menos agressiva a reforma, porque acabaria dividindo as situações. Disse ainda, que a reforma vem sendo empurrada com a barriga há muito tempo e ela não sabe o porquê, e por isso ela não quer colocar nas costas dela a responsabilidade do governo sobre a reforma. Ela disse também que o governo tem culpa, nesse sentido e que o atual governo tem culpa e que o anterior tem muito mais. Que vem batendo nessa tecla muito tempo e que infelizmente vê chegar a hora dessa reforma ser impositiva e que a mesma irá passar porque o volto é dos vereadores. O Presidente do Conselho Administrativo Sr. Alexandro disse que já foi enviado para controladora que os estudos sobre a reforma deve passar pelo conselho e que ele avisou ao controle interno que qualquer estudo sobre a reforma da previdência deve passar pelo conselho. O consultor jurídico do instituto diz que o parecer do conselho sobre a reforma é opinativo e que por ser opinativo não irá interferir sobre o projeto da reforma. A conselheira Carmem levanta a situação das pessoas que vão se aposentar nesse ano e que pensa como será para esses servidores se a reforma acontecer e eles terem que trabalhar a mais por um ou dois anos, assim considera importante encontrar um meio termo para não afetar tanto a vida desses servidores. O atuário, Sr. Eduardo, disse que a situação da reforma é algo que já vem se discutindo com esse conselho a mais de um ano e que a gente quanto conselho, deve olhar mais para as questões administrativas do conselho. Ele disse que todas as nossas atividades sindicais e profissionais de defesa da categoria são importantes, mas que neste momento deve ficar no segundo plano, porque se nós não tivermos regime próprio de previdência nós não vamos ter nada para oferecer para essas pessoas (servidores) e assim nós não teremos garantia de que essas pessoas poderão receber no futuro suas aposentadorias. Disse ainda que no artigo 8º da Lei Federal 9.717 de 1998, responsabiliza o conselho por essa condução e assim alerta que o conselho pode sofrer sanções se não der os encaminhamentos necessário para resolver a situação do déficit atuarial. Disse também que vê um pouco de omissão do chefe do poder executivo com relação a todas essas situações, pois é algo que já vem falando desde quando atual gestão assumiu o mandato. Reforça que quem depende do regime próprio é o servidor e que nós precisamos colocar a reforma para andar e dá os encaminhamentos para que a reforma seja aplicada para que o servidor não seja penalizado. A conselheira Edilene fala que a preocupação do conselho deve se pautar na saúde financeira do instituto, para ter dinheiro suficiente para as aposentadorias, por isso, dependendo da situação, ela é favorável à reforma. Diz ainda que ela quanto conselheira acredita que o conselho deve agir pela reforma, pelo concurso, pelo PCCR e reforça que seu pensamento é que tendo a reforma ou não o prefeito só fará o concurso se ele quiser, mas que os encaminhamentos sobre a reforma deve também partir do instituto que nós devemos defender. A Presidente do IPMP Sra. Cristiane diz que chegou uma notificação do TCM/PA para o IPMP perguntando o porquê o instituto da prefeitura ainda não aplicou a reforma. O Sr. Alexandro diz que nós estamos dialogando a reforma da presidência enquanto a gestão está construindo a reforma sem passar pelo conselho, sem passar por um diálogo. A Presidente do IPMP diz que irá fazer as sugestões sobre a reforma e que encaminhará para gestão porque é de responsabilidade também da presidência do instituto conservar a saúde do financeiro do instituto. O Sr. Vinicius colocou alguns exemplos de alguns institutos que não fizeram a reforma a tempo e que quebraram como o Rio de Janeiro e atualmente estão tendo dificuldades para pagar os servidores inativos e diz que se não tomarmos nenhuma providência o nosso caso não vai ser diferente. Diz ainda, que a média que servidores estão se aposentando é de 48 a 50 anos e que a sobrevivência desses servidores é de 80 anos, então o pouco tempo de contribuição com relação a expectativa de vida dos servidores está ocasionando prejuízo ao instituto. Desta forma finalizando os trabalhos, o presidente do conselho pede para o consultor jurídico do instituto que na próxima reunião, quarta-feira, faça os levantamentos com as principais sugestões quanto à reforma para que o conselho possa estudar o caso com mais propriedade e pede também para o atuário fazer algumas simulações para atualizar o estudo incluindo simulações com relação à aplicação da reforma da pensão e da idade para verificar o impacto.

Paragominas-PA, 17 de abril de 2023.

IPMP - Instituto de Previdência Municipal de Paragominas

CNPJ: 00.978.716/0001-68 - Rua 31 de Março, 221 - Centro

Fones: (91) 3729-3685 / 3193 - CEP: 68.625-170 - Paragominas-PA - Email: ipmpgn@gmail.com



[Handwritten signature]

Alexandro Coelho De Oliveira
Presidente
CGRPPS nº 6099/2022

[Handwritten signature]

Carmelina Felix De Moraes Brandão
Membro
CGRPPS nº 2842/2019

Danilo Dos Santos Ananias
Membro
CGRPPS nº 4319/2020

Diego Guimarães Vieira
Secretario(a)
CGRPPS nº 6195/2022

Dulcineia Maria Oliveira Corrêa
Membro

Elis Sandra Morais Pinheiro
Membro

[Large handwritten signature]

PROTOCOLO DE ENTRADA
 Nº: 45/2024 - 31/01/2024 08:12:

Remetente: CONSELHO ADMINISTRATIVO	Destinatário: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PARAGOMINAS -IPM
Tipo: Outros	Descrição: ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 09/2023
Recebido por: Antonia Vieira Martins <i>[Handwritten signature]</i>	